

AS DIFICULDADES DE INTERPRETAÇÃO DE ENUNCIADOS POR ALUNOS DA EJA: REFLEXÃO E DESAFIOS PARA O PROFESSOR

Diogo Boldrini¹
Livia Toscano Barbosa²
Thiago Boldrini³

RESUMO

A realidade que encontramos no atual cenário educacional é que, não obstante a Educação de Jovens e Adultos obteve avanços ao longo de sua história e apesar de ter conquistado garantias instituídas por lei, o seu cumprimento não ocorre efetivamente, pois, as instituições não têm oferecido um ambiente propício para a aprendizagem e permanência desses alunos, os recursos didáticos utilizados na aula são escassos, não há materiais específicos para esse público e os conteúdos trabalhados não são contextualizados com a realidade dos alunos. Com isso, as dificuldades encontradas são muitas – não só com relação à leitura e interpretação de dados e enunciados, mas em todo o processo de ensino e aprendizagem – e acabam por provocar um alto índice de evasão, e o desenvolvimento desses sujeitos fica aquém das suas expectativas e da proposta da EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades. EJA. Interpretação. Reflexão.

ABSTRACT

The reality that we find in the current educational scenario is that, despite the education of young people and adults, it has made progress throughout its history and, despite having obtained the guarantees established by law, their fulfillment does not take place effectively, since institutions have not offered an environment conducive to the learning and permanence of these students, the didactic resources used in the classroom are scarce, there are no specific materials for this audience and the contents worked are not contextualized with the reality of the students. As a result, the difficulties encountered are many - not only with respect to reading and interpreting data and statements, but throughout the teaching and learning process - and end up provoking a high level of avoidance, and the development of these subjects falls short of the their expectations and the proposal of the EJA.

KEY WORDS: Difficulties. EJA. Interpretation. Reflection.

¹Licenciado em Ciências Biológicas e Educação Física.

²Graduada em Farmácia pela Faculdade Brasileira.

³Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo.

1. INTRODUÇÃO

Dos direitos assegurados à modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos), fundamenta-se aquele garantido conforme Constituição Federal que diz:

[...] garantia de educação básica, para os jovens e adultos das camadas populares; inserção orgânica da educação de jovens e adultos no sistema de ensino do país; a locação de dotação orçamentária para o desenvolvimento dos serviços educacionais para jovens e adultos no conjunto do sistema nacional de ensino; construção da identidade própria da educação de jovens e adultos; garantia de habilitação e profissionalização dos educadores de jovens e adultos; exercício da gestão democrática na educação de jovens e adultos (FUNDAÇÃO EDUCAR, 1988, p.18-19).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) também contribui para a implementação da Educação de Jovens e Adultos definindo-a como “a educação destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” e também ao afirmá-la como uma modalidade de ensino, conforme está estabelecido no Art. 4º, inciso VII:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (LDB 9394/96).

Neste sentido, compreendemos que a educação de jovens e adultos estabelecida como uma modalidade de ensino lhe confere uma identidade própria, em que toda a sua ação deve ser elaborada e posta em prática pensando nas necessidades dos sujeitos a que essa educação se destina, conforme o artigo 37, inciso II, que estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar “gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”. Assim, para Mamed (2004) a EJA não é considerada apenas um nível de ensino, mas uma categoria específica que abrange diversos níveis, e explica:

[...] a existência de uma modalidade pressupõe a existência de uma organização maior à qual pertença, pois modalidade significa modo particular de ser, uma subcategoria dentro de uma categoria. Entender a EJA como uma modalidade, ou uma subcategoria, do ensino fundamental ou médio é assumir que ela faz parte de um ou outro nível e abordá-la como possuidora de todas as qualidades e benefícios que caracterizam estes níveis, mas que não ferem suas especificidades garantidas em Lei [...] (MAMED, 2004, p.161).

2. A INTERVENÇÃO DO PROFESSOR

Apesar dos desafios encontrados, é imprescindível que o educador assuma uma postura radical frente à educação elitizada que se efetua no sistema de ensino, a qual promove a reprodução das desigualdades sociais, utilizando como estratégia o sucateamento da educação, em especial da modalidade EJA, que conseqüentemente repercute na motivação dos educandos fazendo com que estes desistam do seu direito a uma educação de qualidade. Dessa forma, é também incumbência dos educadores buscarem inculcar nos educandos a importância da educação para a sua formação pessoal, social e política.

As expectativas desses alunos ao buscarem a EJA são de avançar nos níveis de conhecimento que eles já possuem e também se sentirem preparados para alcançar melhores lugares no mercado de trabalho. Entretanto, compreendemos que educação seja muito mais do que simplesmente adquirir o conhecimento das disciplinas constantes no currículo, como ler, escrever e realizar cálculos matemáticos para conseguir empregos, mas é, principalmente, desenvolver as competências de compreender, analisar, refletir, transformar o conhecimento e saber fazer o uso social desses saberes. Para isso, o conhecimento deve ser concebido como um movimento dialético, como explica Ferreira (1990):

O conhecimento é o movimento da síntese (sensorial-concreto), passando pela análise (abstração), chegando à síntese (o concreto-pensado, um novo concreto mais elaborado). A atividade analítico-sintética é indispensável ao avanço do conhecimento. A análise é a separação dos elementos particulares de um todo. A síntese é a reunificação dos elementos analisados (FERREIRA, 1990, p. 51).

Quanto às disciplinas trabalhadas nesta modalidade de educação, as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos são referentes à leitura e interpretação de enunciados e operações matemáticas. Em se tratando de leitura, Silva (1991, p. 79-80) afirma que “a leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas”.

2.1 O PAPEL DA LEITURA COMO FACILITADORA DA INTERPRETAÇÃO DOS ENUNCIADOS

Dessa forma, compreendemos que a leitura, também a escrita e a fala, são habilidades de extrema relevância na formação do sujeito, pois são atividades que podem promover a formação do sujeito crítico e reflexivo, uma vez que é através do desenvolvimento dessas habilidades que os estudantes podem posicionar-se em situações, sejam elas cotidianas ou não, com autonomia e em seu benefício.

Além disso, a leitura e interpretação são habilidades que proporcionam ao indivíduo à aquisição de saberes de outras disciplinas, como por exemplo a química ou a matemática, as quais requerem interpretação de dados. Nesse sentido, Ferreira (1990) assevera que a alfabetização, enquanto aquisição da língua escrita, não é simplesmente um ato mecânico de decodificação do código escrito, mas ocorre numa construção do conhecimento que envolve questões de ordens diversas e exige uma postura crítica para que se concretize plenamente.

Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global [...] A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica (FERREIRA, 1990, p. 60).

Muitas vezes, os alunos têm pouco tempo de estudo e muitas responsabilidades financeiras e familiares, sendo a grande maioria trabalhadora e responsável pelo sustento de sua família. Assim, é necessário desenvolver propostas de ações pertinentes, a partir da troca de vivências. Torna-se muito importante que se estabeleça uma conexão entre os conceitos apresentados em sala de aula e as experiências pessoais, práticas culturais, comunitárias e sociais desses estudantes.

1.2 A REALIDADE COMO FATOR DE DIFICULDADE

Não é uma tarefa fácil para o professor colocar em prática esses preceitos. Desde o abandono da escola, até dificuldades materiais, passando por metodologias de ensino inadequadas, são muitos os obstáculos que o educador enfrenta até conseguir expor qualquer conteúdo em sala de aula. A EJA traz

situações ao professor e ao pesquisador que são intrigantes e desafiadoras. Ao atender um público de faixa etária bastante heterogênea, o professor de EJA lida com dificuldades relacionadas à metodologia de ensino, às diferenças cognitivas dos alunos, diferenças de experiência de vida e de visão de mundo, mas também com problemas relativos à afetividade e autoestima no ambiente escolar.

Os alunos têm vergonha de frequentar a escola depois de adultos e muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças, sentindo-se, por isso, humilhados e tornando-se inseguros quanto a sua própria capacidade para aprender (OLIVEIRA, 1999).

Além disso, existem os problemas relacionados ao conteúdo escolar específico que está sendo ensinado. No caso da Matemática, é bastante notório o grau de insatisfação dos alunos e professores com os meios de ensino desta disciplina. Mesmo no ensino regular, ela é reconhecida como disciplina difícil e excludente.

Entendemos que talvez haja certo descaso das políticas públicas, na implementação de ações que façam acontecer nas escolas, o que se preconiza nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que entendemos terem sido confeccionados por profissionais de grande competência, e que seriam aplicados no ensino regular fundamental e médio, porém, para a EJA talvez seja necessário um repensar da proposta pedagógica, tendo em vista a especificidade sociocultural diferenciada.

Consideramos a necessidade de uma proposta pedagógica para EJA diferenciada, dessa forma:

As dificuldades da concepção de uma proposta pedagógica que considere a condição de não-crianças de seus alunos não estão relacionadas somente aos entraves provenientes das limitações impostas pela estrutura e pelos propósitos escolares. Mesmo que a escola e seus professores estejam imbuídos da disposição de elaborar e implementar um projeto pedagógico voltado especificamente para o público da EJA, enfrentarão os desafios próprios de uma seara pouco trilhada, ou trilhada com o suporte relativamente frágil de uma reflexão teórica ainda insipiente (FONSECA, 2002, P.20).

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato é que, para cada disciplina, há que se pensar uma maneira que se adeque aos estudantes de EJA e suas realidades, a fim de que se alcance o sucesso no

desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. “Interpretar e compreender uma proposição é fornecer significado”, afirma Wittgenstein (2001), e complementa: “só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”.

Entendido isso, cabe ao professor incentivar o aluno a perceber as relações de cada disciplina com as demais áreas do conhecimento a partir do entorno em que vivem, tentando ampliar sua visão de mundo auxiliando-o na participação de outros espaços sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil – Normas Jurídicas em Texto Integral. Constituição de 1998. Brasília-DF. BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998.

FERREIRA, Maria José Vale. *Princípios político-pedagógicos do MOVASP*. São Paulo, MOVA-SP, Caderno nº. 2, Secretaria Municipal de Educação, abril de 1990.

FONSECA, M. C. F. R. *Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 103 p.

MAMED, Jr., Walner. *Educação de jovens e adultos: discutindo uma identidade*. Guanicuns. Rev. da FECHA/FEA - Goiás, 01: 159-170, nov. 2004.

OLIVEIRA, F. D. *Análise de textos didáticos: três estudos*. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – UNESP: Rio Claro, 2008

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *Tendências recentes dos estudos e das práticas curriculares. Construção coletiva: Contribuição à Educação de jovens e adultos MEC/UNESCO- Brasília*, junho, 2006. p.230-241 6855 8

OLIVEIRA, Marta Kohl de, *Jovens e adultos como sujeito de conhecimento e aprendizagem. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu, setembro de 1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 5ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Lógico – Philosophicus*; trad. Luiz H.L. dos Santos. 3 Ed. São Paulo. Ed. Da Universidade de São Paulo. 2001.